



# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2023

Altera o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, que institui o regime de pagamento de despesas de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Legislativo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná.


A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte **Resolução:**


**Art. 1º** O o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 2º Entende-se por despesas de pequeno vulto aquelas despesas efetuadas com pequenas compras ou de prestação de serviços de pronto pagamento, que seja igual ou inferior ao valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme limite estabelecido pelo §2º do art. 95, da Lei nº 14.133/2021." (NR)*

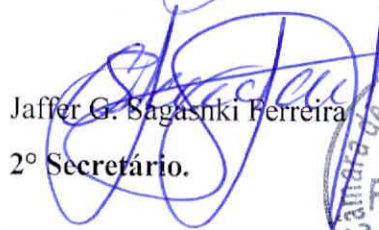
**Art. 2º** Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de Ivaiporã, Estado do Paraná, aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três. (22/06/2023).

  
Edivaldo Aparecido Montanheri,  
Presidente

  
Josane Gorete Disner Teixeira,  
1ª Secretária

  
Antônio Vila Real,  
Vice-Presidente

  
Jaffer G. Sagasni Ferreira,  
2º Secretário.



RECEBIDO(S) NESTA DATA

Protocolo N.º 1326/23

Ivaiporã, 22 de junho de 23

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ

Lido em sessão realizada

Em, 29 de junho de 2023

Sumo

Reunião Extraordinária

1ª e única discussão

Câmara de Vereadores

APROVADO por unanimidade

Em, 29 de junho de 2023 Ausente: Ser-

Ata(s) n.º 4.008 nando R. Soto

Sumo







# CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

## MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 09/2023

Senhores Vereadores,

A Lei Federal nº 14.133, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos, foi publicada no dia 1º de abril de 2021 pela Presidência da República, para fins de substituir a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão Eletrônico) e os artigos 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratação).

O art. 191 da Lei Federal nº 14.133/2021 permite ao Órgão optar por usar a nova Lei ou aplicar o regime contido na Lei Federal nº 8.666/1993, possibilitando uma espécie de “teste drive” aos agentes públicos responsáveis pelas contratações do Órgão. Durante o período, ajustes e aprimoramentos devem acontecer, até por força da jurisprudência que se firmar ao longo do caminho.

Deste modo, é necessário reenquadrar o valor permitido para compras de pequeno vulto, de acordo com o art. 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021:

§ 2º. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidas aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).” (grifo nosso)

Este dispositivo confere legitimidade à atuação da Administração no que tange à obtenção de bens e serviços sem a adoção das formalidades legais exigidas, relacionadas à instauração do competente processo de contratação, formalização contratual, dentre outros. Nas palavras de Marçal Justen Filho, a “contratação verbal será admitida para relações econômicas muito simples¹.”

Por envolver despesas de baixo valor, e cuja demanda exige pronto pagamento, resta incompatível e desarrazoado, observar o procedimento definido no § 3º do art. 75, o qual, por expressa disposição legal, aplica-se às dispensas em razão do valor (art. 75, inc. I e II, da Lei nº 14.133/2021). As circunstâncias que admitem o “contrato verbal”, devido ao valor e necessidade de “pronto pagamento”, não justificam a movimentação da estrutura da Administração para fins de formalização dos respectivos ajustes².

Deste modo, pedimos a aprovação do respectivo projeto, afim de atualizar o limite permitido pela Resolução nº 04/2021, em virtude do limite autorizado pela Nova Lei de Licitações, para pagamentos de pequena monta, em especial, àquelas de pequenas manutenções prediais, tais como: aquisição de material elétrico, material de construção para pequenos reparos, etc.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/21. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. P. 1254.

² Nova Lei: pequenas compras ou serviços de pronto pagamento devem observar o rito da contratação direta por valor? Blog Zenite, 2023. Disponível em: [https://zenite.blog.br/nova-lei-pequenas-compras-ou-servicos-de-pronto-pagamento-devem-observar-o-rito-da-contratacao-direta-por-valor/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20art,\(dez%20mil%20reais\).%E2%80%9D](https://zenite.blog.br/nova-lei-pequenas-compras-ou-servicos-de-pronto-pagamento-devem-observar-o-rito-da-contratacao-direta-por-valor/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20art,(dez%20mil%20reais).%E2%80%9D) Acesso em: 26/06/2023.



§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO).

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência) (Vide Decreto nº 11.317, de 2022) Vigência

## CAPÍTULO II







## CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ: 77774578/0001-20

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP: 86870-000 [camaraivp@hotmail.com](mailto:camaraivp@hotmail.com)

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

**Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo: Autoria: Câmara Diretiva. Súmula:** Altera o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, que institui o regime de pagamento de despesas de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Legislativo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná. **(Dispensa de Interstício)**

#### RELATÓRIO FAVORÁVEL:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, ressalta-se que o projeto em tela não apresenta inconstitucionalidade, uma vez que está de acordo com a norma legislativa.

II- Concluindo-se após análise conjunta do **Presidente e dos Membros da Comissão Permanente**, pelo encaminhamento do projeto a plenário para apreciação e votação dos membros desta Casa de Leis, devendo a aprovação estar atrelada ao interesse público, conveniência, utilidade e oportunidade, nos termos do Regimento Interno da Câmara de Ivaiporã.

III - Expostas as razões determinantes, resolve-se emitir **RELATÓRIO FAVORÁVEL** pela sua **APROVAÇÃO**.

#### RELATÓRIO CONTRÁRIO:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, expostas as razões determinantes, em relação ao voto contrário necessário se faz expor a síntese de motivos em razão da contrariedade.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos 26 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. 3

Favorável	Contrário	Vereador
		Fernando Rodrigues Dorta (Presidente)
		Gertrudes Bernardy (Relator)
<u>YMG</u>		José Maria Carneiro (Membro) <u>YMG</u>





## CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ: 77774578/0001-20

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP: 86870-000 [camaraivp@hotmail.com](mailto:camaraivp@hotmail.com)

### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

**Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo: Autoria: Câmara Diretiva. Súmula:** Altera o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, que institui o regime de pagamento de despesas de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Legislativo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná. **(Dispensa de Interstício)**

#### RELATÓRIO FAVORÁVEL:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, ressalta-se que o projeto em tela não apresenta inconstitucionalidade, uma vez que está de acordo com a norma legislativa.

II- Concluindo-se após análise conjunta do **Presidente e dos Membros da Comissão Permanente**, pelo encaminhamento do projeto a plenário para apreciação e votação dos membros desta Casa de Leis, devendo a aprovação estar atrelada ao interesse público, conveniência, utilidade e oportunidade, nos termos do Regimento Interno da Câmara de Ivaiporã.

III - Expostas as razões determinantes, resolve-se emitir **RELATÓRIO FAVORÁVEL** pela sua **APROVAÇÃO**.

#### RELATÓRIO CONTRÁRIO:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, expostas as razões determinantes, em relação ao voto contrário necessário se faz expor a síntese de motivos em razão da contrariedade.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos 26 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. 3

Favorável	Contrário	Vereador
<u>X</u>	<u>/</u>	Jaffer Guilherme Sagasnski Ferreira (Presidente)
<u>/</u>	<u>/</u>	Emerson da Silva Bertotti (Relator)
<u>/</u>	<u>/</u>	Antonio Vila Real (Membro)







## CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ: 77774578/0001-20

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP: 86870-000 [camaraivp@hotmail.com](mailto:camaraivp@hotmail.com)

### COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, AGROINDÚSTRIA, MEIO AMBIENTE, COMÉRCIO E TURISMO.

**Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo: Autoria: Câmara Diretiva. Súmula:** Altera o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, que institui o regime de pagamento de despesas de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Legislativo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná. **(Dispensa de Interstício)**

#### RELATÓRIO FAVORÁVEL:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, ressalta-se que o projeto em tela não apresenta inconstitucionalidade, uma vez que está de acordo com a norma legislativa.

II- Concluindo-se após análise conjunta do **Presidente e dos Membros da Comissão Permanente**, pelo encaminhamento do projeto a plenário para apreciação e votação dos membros desta Casa de Leis, devendo a aprovação estar atrelada ao interesse público, conveniência, utilidade e oportunidade, nos termos do Regimento Interno da Câmara de Ivaiporã.

III - Expostas as razões determinantes, resolve-se emitir **RELATÓRIO FAVORÁVEL** pela sua **APROVAÇÃO**.

#### RELATÓRIO CONTRÁRIO:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, expostas as razões determinantes, em relação ao voto contrário necessário se faz expor a síntese de motivos em razão da contrariedade.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos 26 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. 3

Favorável	Contrário	Vereador
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Antonio Vila Real (Presidente)
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Jaffer Guilherme Saganski Ferreira (Relator)
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	José Maria Carneiro (Membro)





## CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ: 77774578/0001-20

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP: 86870-000 [camaraivp@hotmail.com](mailto:camaraivp@hotmail.com)

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL.

**Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo: Autoria: Câmara Diretiva. Súmula:** Altera o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, que institui o regime de pagamento de despesas de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Legislativo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná. **(Dispensa de Interstício)**

#### RELATÓRIO FAVORÁVEL:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, ressalta-se que o projeto em tela não apresenta inconstitucionalidade, uma vez que está de acordo com a norma legislativa.

II- Concluindo-se após análise conjunta do **Presidente e dos Membros da Comissão Permanente**, pelo encaminhamento do projeto a plenário para apreciação e votação dos membros desta Casa de Leis, devendo a aprovação estar atrelada ao interesse público, conveniência, utilidade e oportunidade, nos termos do Regimento Interno da Câmara de Ivaiporã.

III - Expostas as razões determinantes, resolve-se emitir **RELATÓRIO FAVORÁVEL** pela sua **APROVAÇÃO**.

#### RELATÓRIO CONTRÁRIO:

I – Diante das discussões apresentadas acerca do **Projeto de Resolução nº 9/2023 - do Legislativo**, expostas as razões determinantes, em relação ao voto contrário necessário se faz expor a síntese de motivos em razão da contrariedade.

Plenário Vereador Pedro Goedert, aos 26 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois. 3

Favorável	Contrário	Vereador
		Emerson da Silva Bertotti (Presidente)
X		José Maurino Carniato (Relator)
X		Josane Gorete Disner Teixeira (Membro)







## CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

CNPJ: 77774578/0001-20

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP: 86870-000 [camaraivp@hotmail.com](mailto:camaraivp@hotmail.com)

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 18/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso II da Lei Orgânica do Município

### CONVOCA:

Os Nobres Edis para **2 (duas) Sessões Extraordinárias a realizarem-se no dia 29 de junho de 2023, às 14:30 horas**, para apreciação das seguintes matérias:

**1 – Projeto de Lei nº 43/2023, do Executivo, Súmula:** Altera a redação do §2º do Art. 169 da Lei Municipal 1.268/2005, de 16/5/2005, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ivaiporã. **(1ª e 2ª discussão)**

**2 – Projeto de Lei nº 44/2023, do Executivo, Súmula:** Introduz alterações na Lei Municipal nº 3.592, de 1º de setembro de 2021, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para a prestação de serviços na Secretaria Municipal de Saúde, de forma a suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências. **(1ª e 2ª discussão)**

**3 – Projeto de Resolução nº 9/2023, Autoria: Mesa Diretiva. Súmula:** Altera o *caput* do art. 2º da Resolução Legislativa nº 04/2021, que institui o regime de pagamento de despesas de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Legislativo Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná. **(1ª e única discussão)**

Câmara Municipal de Ivaiporã, aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas.

Edivaldo Apº Montanheri  
Presidente

Antônio Vila Real  
Vice-Presidente

Josane G. D. Teixeira  
1ª Secretária

Jaffer G. S. Ferreira  
2ª Secretário

Gertrudes Bernardy  
Vereadora

José M. Carniato  
Vereador

Fernando R. Dorta  
Vereador

José Maria Carneiro  
Vereador

Emerson S. Bertotti  
Vereador

